JUSTIÇA DO TRABALHO
Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região (SC)

Concurso Público para o Provimento de Cargos de

Analista Judiciário – Área Judiciária
Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal

Nome do Candidato	Nº de Inscrição	Nº do Caderno
Caderno de Prova 'B02', Tipo 001	MODELO	TIPO-001

Nº do Documento	ASSINATURA DO CANDIDATO
0000000000000000	

PROVA

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Discursiva-Redação

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Cada dia traz sua alegria e sua pena, e também sua lição proveitosa.

- Verifique se este caderno:
  - corresponde à sua opção de cargo.
  - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
  - contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova Discursiva-Redação.

  Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno.

  Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: Ⓐ ● Ⓒ Ⓓ Ⓔ
- Ler o que se pede na Prova Discursiva-Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente e tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-texto, régua ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações, máquina calculadora ou similar.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva-Redação será corrigido.
- Você deverá transcrever a sua Prova Discursiva-Redação a tinta, na folha apropriada.
- A duração da prova é de 4 horas e 30 minutos, para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva-Redação (rascunho e transcrição) na folha correspondente.
- Ao terminar a prova, chame o fiscal e devolva todo o material recebido para conferência.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

CONHECIMENTOS GERAIS

Língua Portuguesa

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 5, baseie-se no texto abaixo.

O gavião

Gente olhando para o céu: não é mais disco voador. Disco voador perdeu o cartaz com tanto satélite beirando o sol e a lua. Olhamos todos para o céu em busca de algo mais sensacional e comovente – o gavião malvado, que mata pombas.

Retornamos assim à contemplação de um drama bem antigo, e há o partido das pombas e o partido do gavião. Os pombistas ou pombeiros (qualquer palavra é melhor que "columbófilo") querem matar o gavião. Os amigos deste dizem que ele não é malvado; na verdade come a sua pombinha com a mesma inocência com que a pomba come seu grão de milho.

Não tomarei partido: admiro a túrgida inocência das pombas e também o lance magnífico em que o gavião se despenca sobre uma delas. Comer pombas é, como diria Saint-Exupéry**, "a verdade do gavião", mas matar um gavião no ar com um belo tiro pode também ser a verdade do caçador.*

Que o gavião mate a pomba e o homem mate alegremente o gavião; ao homem, se não houver outro bicho que o mate, pode lhe suceder que ele encontre seu gavião em outro homem. A vida é rapina. A verdade é que não posso mais falar de aves: dei os meus passarinhos. Perdi os cantos do meu canário e os assovios do meu sofrê; meu coração está mais triste, mas está mais leve também.

* túrgida = intumescida, dilatada, cheia.
** Antoine de Saint-Exupéry, escritor francês.

(Adaptado de: BRAGA, Rubem. **Ai de ti, Copacabana**. Rio de Janeiro: Editora do Autor, 1960, p. 163-164)

1. Ao tratar de gaviões e pombas, o autor do texto os vê
   (A) no contexto de uma disputa natural cujo resultado previsível lhe parece injustificável.
   (B) como elementos de uma aguda polarização que se manifesta em seus observadores.
   (C) na condição de agentes de uma mesma violência que tem partidários de ambos os lados.
   (D) como personagens rivais cuja mútua hostilidade anima as pessoas de índole selvagem.
   (E) na situação dramática de criaturas cuja luta pela sobrevivência nos inspira a todos.

2. Ao afirmar, no contexto do último parágrafo, que *a vida é rapina*, o autor
   (A) pretende estabelecer um marco divisório entre as criaturas pacíficas e as belicosas.
   (B) considera o fato de que nos momentos de conciliação costuma ocultar-se um crime.
   (C) evoca a justificativa de que a própria natureza nos fornece os meios para nos entendermos.
   (D) estende à humanidade o princípio de que a violência é determinante entre os animais.
   (E) mostra como é que tentamos justificar como atributo da natureza a violência que é só nossa.

3. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:
   (A) *perdeu o cartaz* (1º parágrafo) = admitiu seus raros atributos.
   (B) *contemplação de um drama bem antigo* (2º parágrafo) = admissão de um flagelo passado.
   (C) *Não tomarei partido* (3º parágrafo) = não deixarei de me alinhar.
   (D) *meu coração está mais triste, mas está mais leve* (4º parágrafo) = minha alma já não sustenta sua tristeza.
   (E) *pode lhe suceder que ele encontre seu gavião* (4º parágrafo) = é possível que dê com seu predador.

4. As normas de concordância verbal estão plenamente observadas na frase:
   (A) Aos gaviões e às pombas não costumam faltar a empatia dos que pesam as razões do lado que lhes parecem mais favorável.
   (B) Já não se ouve os cantos dos passarinhos de que nos desfizemos, mas também já não nos preocupa o que lhes podiam ameaçar.
   (C) Comer pombas ou alvejar gaviões são opções que se apresentam àqueles a quem move a força de bem específicos interesses.
   (D) Fazem falta ao autor do texto ouvir tanto os cantos do seu canário como os assovios do sofrê, de cujos encantos já não desfrutam.
   (E) Sempre haverão os que defendem medidas drásticas quando se tratam de poupar as vítimas de uma violenta predação.

5. Está adequado o emprego do elemento sublinhado na frase:
   (A) Já não é o fulgurante brilho de um disco voador aquilo <u>em que</u> agora se fixa nossa atenção.
   (B) O interesse do embate violento <u>por cujo</u> nos atraímos toma o partido uma ave contra a outra.
   (C) É na defesa da fome do gavião <u>aonde</u> se apoiam os defensores da lei do mais forte.
   (D) A verdade <u>na qual</u> se refere o escritor Saint-Exupéry diz respeito a um ditame da natureza.
   (E) A palavra columbófilo, <u>de cuja</u> o autor se desagradou, não é das mais afáveis ao ouvido.

Atenção: Para responder às questões de números 6 a 10, baseie-se no texto abaixo.

[Expectativa e desempenho nossos]

Numa cultura como a nossa, que valoriza o indivíduo, espera-se de cada um que se faça ouvir e reconhecer pelo que tem de mais singular. Um dos grandes imperativos da época diz que é preciso expressar-se a qualquer preço. E acreditamos automaticamente que, se pudéssemos procurar fundo nas nossas tripas, encontraríamos pérolas. "Eu sou advogada, mas lá no fundo sou poeta ou romancista". "Eu sou engenheiro, mas lá no fundo sou viajante como Amyr Klink." Eu sou médica, mas há uma bailarina dentro de mim." O vínculo social tenta nos definir, mas a criatividade nos resgatará.

Valorizamos o indivíduo em suas expressões idealmente mais singulares. Portanto, as relações sociais nos parecem sempre suspeitas: será que elas não ameaçam a expressão de nossa subjetividade única e original? Apesar dos outros, que nos identificam socialmente, imaginamos que é possível ser "nós mesmos" e produzir algo de mais valor.

Muitos acabam pensando que, se não seguem sua vocação, é por causa do parceiro com quem vivem. "Não posso deixar de trabalhar; e à noite, quando volto para casa, não dá. Precisaria de solidão para tocar, escrever, pensar, treinar. Pedem de mim toda a atenção e não há como não conversar." Em suma, as necessidades da vida em família seriam responsáveis por nossas falências expressivas.

Surpresa e mistério: quando a reivindicação consegue ser satisfeita, ocorre um imprevisto: aliviado dos compromissos e das responsabilidades sociais, sozinho e com o tempo que pediu a Deus, livre e desembaraçado, o indivíduo nada cria, nada produz. O tempo e o espaço agora reservados ao seu gênio transformaram-se em caricatura de seus anseios de adolescência.

(Adaptado de: CALLIGARIS, Contardo. **Terra de ninguém**. São Paulo: Publifolha, 2004, p. 299-300)

6. No contexto do 1º parágrafo, a frase *se pudéssemos procurar fundo nas nossas tripas, encontraríamos pérolas* se apresenta em linguagem figurada e reforça a crença de que, numa cultura como a nossa,

(A) a valorização do indivíduo se comprova a cada vez que ele exerce toda a sua criatividade.
(B) cada um imagina conter dentro de si um grande valor pessoal que ainda não se exteriorizou.
(C) as vocações reais ficam tão ocultas que ninguém pode suspeitar que efetivamente as tem.
(D) todos podemos ser artistas consagrados, desde que os outros assim nos reconheçam.
(E) um individualismo doentio nos faz reprimir os valores verdadeiros que temos dentro de nós.

7. Expõe-se, ao final do texto, a ideia de que *nossas falências expressivas* (3º parágrafo)

(A) são superadas a partir do momento em que desaparecem os entraves da nossa criatividade.
(B) devem-se às altas expectativas que os outros alimentam em relação ao nosso real valor.
(C) convivem diariamente com os esforços que fazemos para liberar nossa vocação artística.
(D) constituem um mistério quando acreditamos que dentro de nós há lampejos de genialidade.
(E) derivam dos nossos limites individuais e não da falta de meios para nossa explosão criativa.

8. Na frase *O tempo e o espaço agora reservados ao seu gênio* <u>*transformaram-se em caricatura de seus anseios de adolescência*</u> (4º parágrafo) o segmento sublinhado pode ser substituído, sem prejuízo para a correção e o sentido básico original, pelo segmento

(A) se alteraram drasticamente por conta dos impulsos juvenis.
(B) comprovaram-se inúteis por sua absoluta falta de maturidade.
(C) transfiguraram-se em formas rebaixadas de suas aspirações de jovem.
(D) ridicularizaram-se por excesso de obstinação sua.
(E) tornaram-se risíveis aos olhos de quem deixou de ser moço.

9. *Muitos* <u>*acabam*</u> *pensando que, se não* <u>*seguem*</u> *sua vocação,* <u>*é*</u> *por causa do parceiro com quem* <u>*vivem*</u>.

No período acima, os tempos e modos verbais seguirão adequadamente articulados caso se substituam as formas sublinhadas, na ordem dada, por:

(A) acabariam – seguirão – era – vivam
(B) acabarão – seguissem – será – viveriam
(C) acabavam – seguirem – fora – viverão
(D) acabarão – seguirem – será – vivam
(E) acabariam – seguissem – foi – viviam

10. *Muitos creem numa sua vocação profunda, e* <u>*atribuem a essa vocação*</u> *tanto mérito que não sabem como justificar que todos* <u>*ignorem essa sua vocação*</u>*, que não haja quem logo* <u>*reconheça a força dessa vocação*</u>.

Evitam-se as viciosas repetições da frase acima substituindo-se os elementos sublinhados, na ordem dada, por:

(A) lhe atribuem – a ignorem – lhe reconheça a força
(B) a atribuem – a ignorem – em sua força
(C) atribuem à ela – lhe ignorem – a reconheça como força
(D) à qual atribuem – ignorem-na – reconheça a força da mesma
(E) lhe atribuem – lhe ignorem – à força dela reconheceria

Matemática e Raciocínio Lógico

11. Um juiz começa a ler um processo com 361 páginas em uma segunda-feira. De segunda a quinta-feira, ele lê 27 páginas por dia; na sexta-feira, ele lê 30 páginas; e, no sábado, 20 páginas. Aos domingos, ele não lê processos. Sabendo-se que a leitura foi feita de segunda a sábado em semanas consecutivas, o juiz precisou de

(A) 3 terças-feiras.

(B) 2 segundas-feiras.

(C) 3 sábados.

(D) 3 sextas-feiras.

(E) 3 quintas-feiras.

12. Os convites para uma festa de formatura são numerados com quatro algarismos. Os dois primeiros identificam o formando e os demais algarismos identificam cada convidado do formando. Por exemplo, 0315 é o 15º convite adquirido pelo formando 03. Se há 20 formandos e cada um vai adquirir, pelo menos, 1 convite e, no máximo, 20 convites, o número máximo de algarismos 4 que serão impressos será

(A) 36

(B) 40

(C) 48

(D) 44

(E) 32

13. Uma pesquisa sobre preferência entre três canais de TV a cabo, A, B e C, foi feita com 400 respondentes. Dos participantes da pesquisa, 30% eram do sexo feminino. O canal A é preferido por 35% dos homens e o canal B é preferido por metade dos homens. O canal A recebeu 35% dos votos femininos. Entre as mulheres, o canal B obteve 10 votos a mais do que o canal C. Nessa pesquisa, a ordem de preferência dos canais pesquisados, do mais preferido ao menos preferido, é

(A) A, C, B.

(B) A, B, C.

(C) B, A, C.

(D) B, C, A.

(E) C, B, A.

14. O quadro a seguir mostra os preços dos sucos praticados pelo estabelecimento XYZ.

Preços dos Sucos	
Laranja	#####
Uva	R$ 15,50
Maçã	#####
Abacaxi	R$ 13,00
Acerola	#####
Melancia	R$ 12,50
Maracujá	R$ 16,00

Se o preço médio dos sucos de laranja, acerola e maçã é R$ 16,00, então o preço médio dos sucos desse estabelecimento, em R$, é

(A) 15,50

(B) 15,00

(C) 14,50

(D) 13,50

(E) 14,00

15. Sabe-se que 15% da metade de um número mais 80% do dobro desse mesmo número vale 36. A igualdade que equivale a essa afirmação é

(A) $0,15 \cdot 0,5x + 0,80x = 36$

(B) $0,90x + 0,80x = 36$

(C) $0,75x + 1,60x = 36$

(D) $0,15 \cdot 0,5x + 1,60x = 18$

(E) $0,15 \cdot 0,25x + 0,80x = 18$

Legislação

16. Um servidor de um Tribunal Regional do Trabalho propôs que as aquisições conjuntas de bens e serviços passem a ser realizadas por organizações públicas de diferentes setores ou entre unidades de uma mesma organização pública. Em um primeiro momento, houve dúvida sobre a legalidade dessa forma de aquisição. Todavia, o servidor enfatizou que essa prática é abarcada pela Resolução nº 400/2021 do CNJ e que, além de fomentar a produção e o consumo sustentáveis no país, gera menor impacto ambiental, maior inclusão social, considera a dimensão cultural da sustentabilidade e a eficiência econômica, com ganho de escala. Esse tipo de contratação é denominada

(A) acessível.

(B) compartilhada.

(C) seletiva.

(D) sustentável.

(E) eficiente.

17. Nos termos definidos no Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região,

(A) o Tribunal funcionará em sua composição plena, dividido em Câmaras, em Seções Especializadas e Turmas.

(B) Magistrados titulares cônjuges não poderão funcionar simultaneamente, salvo se convocados.

(C) o primeiro critério para determinação da antiguidade dos Juízes Titulares de Vara do Trabalho e dos Desembargadores do Trabalho é a data da posse.

(D) a aceitação do cargo pelos Presidente, Vice-Presidente e Corregedor eleitos é obrigatória, salvo recusa manifestada e aceita na última sessão antes da eleição.

(E) o Presidente, o Vice-Presidente e o Corregedor eleitos tomarão posse e entrarão em exercício na primeira sessão ordinária após a eleição.

18. Em uma situação hipotética, se, em razão de um impedimento temporário, o Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região precisar se afastar, em momento em que o Vice-Presidente já esteja ausente, conforme dita o Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região, o Presidente será substituído pelo

(A) Corregedor.

(B) Presidente da Seção Especializada 1.

(C) Presidente da Seção Especializada 2.

(D) Desembargador do Trabalho mais antigo no exercício da Presidência de uma das Turmas.

(E) Desembargador do Trabalho mais antigo do Tribunal.

19. A Lei nº 8.112/1990 define que servidor é a pessoa

(A) aprovada em concurso público de provas e títulos.

(B) nomeada para provimento em cargo público.

(C) legalmente investida em cargo público.

(D) nomeada, em caráter efetivo, para cargo de confiança vago.

(E) designada para provimento de cargo de confiança vago, salvo na condição de interino.

20. Nos termos previstos na Lei nº 8.112/1990, considere os seguintes fatos:

Servidor A: Sofreu limitações em sua capacidade física, verificada em inspeção médica, e foi investido em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com sua nova condição.

Servidor B: Estava aposentado, mas precisou retornar à atividade por interesse da Administração.

Servidor C: Já era servidor estável, foi aprovado em concurso para outro cargo no mesmo órgão, mas foi inabilitado no estágio probatório e retornou ao cargo anteriormente ocupado.

Esses servidores passaram, correta e respectivamente, pelos processos de

(A) readaptação, reversão e recondução.

(B) aproveitamento, reintegração e reversão.

(C) readaptação, reintegração e recondução.

(D) aproveitamento, reversão e recondução.

(E) readaptação, reversão e reintegração.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Direito Constitucional

21. De acordo com a Constituição Federal, o preso será informado de seus direitos, entre os quais, o

(A) de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a assistência da família e de advogado, não possuindo o direito à identificação dos responsáveis por sua prisão nem dos responsáveis por seu interrogatório policial, para a segurança dos agentes, devendo a prisão ilegal ser imediatamente relaxada pela autoridade policial.

(B) direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial, sendo-lhe assegurada a assistência da família e de advogado, tendo o dever de falar a verdade, não podendo abster-se de responder ao que for questionado, devendo a prisão ilegal ser imediatamente relaxada pela autoridade judiciária.

(C) de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a assistência da família e de advogado, além do direito à identificação apenas dos responsáveis por seu interrogatório policial, devendo a prisão ilegal ser imediatamente relaxada pela autoridade policial ou pela autoridade judiciária, por meio do *habeas corpus*.

(D) de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a assistência da família e do advogado, além do direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial, devendo a prisão ilegal ser imediatamente relaxada pela autoridade judiciária.

(E) direito à identificação apenas dos responsáveis por seu interrogatório policial, sendo-lhe assegurada a assistência da família e de advogado, tendo o dever de falar a verdade, não podendo abster-se de responder ao que for questionado, devendo a prisão ilegal ser imediatamente relaxada pela autoridade judiciária.

---

22. O trabalho que Giordana exerce é realizado em turnos ininterruptos de revezamento. Já Florinda é trabalhadora rural de baixa renda, nos termos da lei, e possui um filho de 7 anos, que é seu dependente. De acordo com a Constituição Federal, Giordana tem direito à jornada de

(A) 6 horas, salvo negociação coletiva, e Florinda não tem direito ao salário-família, por ser trabalhadora rural.

(B) 6 horas, salvo negociação coletiva, e Florinda tem direito ao salário-família.

(C) 8 horas, no mínimo, não sendo possível alterá-la por negociação coletiva, e Florinda tem direito ao salário-família.

(D) 6 horas, não sendo possível alterá-la por negociação coletiva, e Florinda tem direito ao salário-família.

(E) 8 horas, no mínimo, não sendo possível alterá-la por negociação coletiva, e Florinda não tem direito ao salário-família, por ser trabalhadora rural.

---

23. Frederic e Frida trabalharam no Brasil a serviço do país de origem deles, que é a Alemanha. Durante esse período nasceu, em território brasileiro, a filha desse casal, chamada Myrian. Quando das suas aposentadorias, Frederic e Frida retornaram para a Alemanha, mas Myrian continuou no Brasil com o sonho de, em algum momento, cumpridos os requisitos, tornar-se Ministra do Supremo Tribunal Federal. De acordo com a Constituição Federal, Myrian

(A) poderá exercer o cargo que almeja apenas se, ao completar 18 anos, tiver optado pela nacionalidade brasileira.

(B) poderá se tornar Ministra do Supremo Tribunal Federal apenas se obtiver a nacionalidade brasileira por meio da naturalização.

(C) é brasileira nata, pois nasceu em território nacional, podendo exercer o cargo que almeja.

(D) não é brasileira nata, mas poderá exercer o cargo que almeja, independentemente de naturalização.

(E) não é brasileira nata e, por essa razão, não poderá exercer o cargo que almeja.

---

24. Francisco é brasileiro nato, cursa faculdade e tem 23 anos de idade. Seu pai, José, é brasileiro nato, tem 71 anos de idade e é aposentado, tendo se formado em jornalismo. Sua mãe, Maria, é brasileira nata, tem 65 anos de idade e é analfabeta. De acordo com a Constituição Federal, considerando apenas a situação descrita e as informações fornecidas, o alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios só para Francisco, que poderá se candidatar,

(A) dentre outros, ao cargo de Vice-Governador do Estado, sendo que Maria e José não poderão se candidatar a nenhum cargo eletivo.

(B) somente, ao cargo de Vereador, sendo que Maria está proibida de votar, por ser analfabeta, e José não poderá se candidatar a nenhum cargo eletivo.

(C) dentre outros, aos cargos de Vereador, Deputado Federal e Deputado Estadual, sendo o alistamento eleitoral e o voto facultativos para Maria e para José.

(D) somente, aos cargos de Vereador e de Deputado Estadual, sendo o alistamento eleitoral e o voto proibidos para Maria e para José, em razão de suas idades.

(E) somente, ao cargo de Vereador, sendo que Maria e José podem se candidatar a qualquer cargo eletivo.

25. De acordo com a Constituição Federal, compete à União, dentre outras atribuições,

(A) explorar os serviços de transporte rodoviário internacional de passageiros, desde que o faça mediante, apenas, autorização ou permissão.

(B) organizar e manter a polícia civil, a polícia penal, a polícia militar e o corpo de bombeiros militar dos Estados e do Distrito Federal, bem como prestar assistência financeira ao Distrito Federal para a execução de serviços públicos, por meio de fundo próprio ou alheio.

(C) administrar as reservas cambiais do País e fiscalizar as operações de natureza financeira, especialmente as de crédito, câmbio e capitalização, exceto as de seguros e de previdência privada.

(D) organizar e manter o Poder Judiciário, o Ministério Público Federal, os Ministérios Públicos Estaduais e a Defensoria Pública do Distrito Federal e dos Territórios.

(E) elaborar e executar planos nacionais e regionais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social.

26. Josué é professor remunerado em determinada Universidade Pública de Santa Catarina e deseja complementar sua renda ministrando aulas em outra Universidade Pública. De acordo com a Constituição Federal, baseando-se apenas nas informações fornecidas, com relação ao cargo desejado, Josué

(A) poderá exercê-lo apenas se houver compatibilidade de horários, observados os demais requisitos necessários.

(B) não poderá exercê-lo, pois é vedada a acumulação remunerada de dois cargos públicos.

(C) poderá exercê-lo, pois é possível acumular até três cargos públicos remunerados de professor.

(D) poderá exercer quantos cargos públicos de professor universitário desejar, pois não há impedimento quando se trata de atividade docente em ensino superior.

(E) não poderá exercê-lo, pois somente é possível o exercício de um cargo público de professor, podendo essa atividade ser acumulada apenas com outro cargo técnico ou científico.

27. De acordo com a Constituição Federal, com relação à Justiça do Trabalho,

(A) em caso de greve, independentemente da possibilidade de lesão do interesse público, o Ministério Público do Trabalho poderá ajuizar dissídio coletivo, não competindo à Justiça do Trabalho decidir o conflito.

(B) os Tribunais Regionais do Trabalho poderão funcionar descentralizadamente, constituindo Câmaras regionais, a fim de assegurar o pleno acesso do jurisdicionado à justiça em todas as fases do processo.

(C) os Tribunais Regionais do Trabalho compõem-se de, no mínimo, 11 juízes, dentre brasileiros com mais de 30 e menos de 70 anos de idade.

(D) o Conselho Superior da Justiça do Trabalho funcionará junto aos Tribunais Regionais do Trabalho, cabendo-lhe exercer a supervisão administrativa, orçamentária, financeira e patrimonial da Justiça do Trabalho de primeiro grau, não tendo suas decisões efeito vinculante.

(E) um terço dos membros do Tribunal Superior do Trabalho é formado por advogados com mais de 15 anos de efetiva atividade profissional e membros do Ministério Público do Trabalho com mais de 10 anos de efetivo exercício.

Direito Administrativo

28. Considere a seguinte situação hipotética:

Em janeiro de 2023, Caio, Secretário Municipal de determinado Município catarinense, foi processado por improbidade administrativa. Na petição inicial, foi-lhe imputada a prática de ato ímprobo que causa prejuízo ao erário. No curso do processo, Caio veio a falecer e seu filho Jonas, único herdeiro e sucessor, foi habilitado e inserido no polo passivo da ação. Nos termos da Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992, com redação dada pela Lei nº 14.230/2021), caso a ação seja julgada procedente, Jonas

(A) estará sujeito apenas à obrigação de reparar o dano ao erário, até o limite do valor da herança ou do patrimônio transferido.

(B) estará sujeito a todas as sanções previstas na Lei de Improbidade, até o limite do valor da herança ou do patrimônio transferido.

(C) estará sujeito apenas à obrigação de reparar o dano ao erário e ao pagamento de multa civil, independentemente do valor da herança ou do patrimônio transferido.

(D) não estará sujeito a nenhuma das sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa, vez que possuem caráter personalíssimo.

(E) estará sujeito à obrigação de reparar o dano ao erário, à multa civil, ambos até o limite do valor da herança ou do patrimônio transferido, bem como à proibição de contratar com o poder público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo não superior a 12 anos.

29. Manoel, servidor público federal, utilizou-se do direito de petição previsto na Lei nº 8.112/1990 e formulou requerimento dirigido à autoridade competente para decidi-lo, em defesa de seu direito. Sendo proferida a primeira decisão, pelo indeferimento do requerimento,

(A) cabe pedido de reconsideração à autoridade que houver proferido a decisão, podendo ser renovado uma única vez.

(B) cabe pedido de reconsideração à autoridade imediatamente superior à prolatora da decisão, o qual poderá ser renovado uma única vez.

(C) não cabe pedido de reconsideração, devendo Manoel ingressar exclusivamente com recurso administrativo.

(D) cabe pedido de reconsideração à autoridade imediatamente superior à prolatora da decisão, não podendo ser renovado.

(E) cabe pedido de reconsideração à autoridade que houver proferido a decisão, não podendo ser renovado.

30. Considere duas situações hipotéticas distintas: Marta, servidora pública federal arguiu a suspeição de José, autoridade responsável pela condução de processo administrativo federal instaurado contra ela e outros servidores públicos. Marta alegou que José possui amizade íntima com um dos interessados. Já em outro processo administrativo federal, Carlos, autoridade responsável pela condução do feito, detinha interesse direto na matéria, e omitiu-se no dever de comunicar seu impedimento. Nos termos da Lei nº 9.784/1999, o indeferimento da alegação de suspeição

(A) não admite recurso; e a omissão do dever de comunicar o impedimento constitui falta grave, para efeitos disciplinares.

(B) admite recurso, sem efeito suspensivo; e a omissão do dever de comunicar o impedimento constitui falta grave, para efeitos disciplinares.

(C) admite recurso, com efeito suspensivo; e a omissão do dever de comunicar o impedimento não constitui falta administrativa, mas sujeita o agente a sanções de caráter cível e criminal.

(D) não admite recurso; e a omissão do dever de comunicar o impedimento não constitui falta administrativa, mas sujeita o agente a sanções de caráter cível e criminal.

(E) admite recurso, com efeito suspensivo; e a omissão do dever de comunicar o impedimento constitui falta grave, para efeitos disciplinares.

31. A empresa X sagrou-se vencedora de procedimento licitatório e, ao ser convocada regularmente pela Administração Pública para assinatura do contrato dentro do prazo e nas condições estabelecidas no edital de licitação, recusou-se injustificadamente. Em razão disso, a Administração passou a convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Nos termos da Lei nº 14.133/2021,

(A) é vedado à Administração, em qualquer hipótese, convocar licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, acima do preço ofertado pela empresa X.

(B) a Administração não poderá adjudicar ou celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, ainda que atendida a ordem classificatória, quando frustrada negociação de melhor condição.

(C) a empresa X não estará sujeita a qualquer penalidade, todavia sofrerá a imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante.

(D) a recusa injustificada da empresa X caracteriza descumprimento total da obrigação assumida, e a sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante.

(E) a empresa X não estará sujeita a qualquer penalidade, inclusive, não perderá a garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante, devendo a Administração socorrer-se do Judiciário para o ressarcimento de eventuais danos que lhe tenham sido causados em decorrência dos fatos.

32. Sobre a Lei nº 13.869/2019, que dispõe sobre os crimes de abuso de autoridade,

(A) a divergência na interpretação de lei ou na avaliação de fatos e provas poderá configurar abuso de autoridade se a conduta do agente se amoldar a um dos tipos penais.

(B) a perda do cargo, do mandato ou da função pública são efeitos automáticos da condenação por crime de abuso de autoridade, sendo desnecessário declarar motivadamente na sentença, não pressupondo reincidência específica do agente.

(C) a sentença penal que reconheceu ter sido o ato praticado em estrito cumprimento de dever legal faz coisa julgada em âmbito cível, assim como no administrativo-disciplinar.

(D) não poderá ser sujeito ativo do crime de abuso de autoridade o agente público que não seja servidor público, ainda que integre os quadros da administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de Território.

(E) as responsabilidades civil e administrativa são independentes da criminal, e poderá ser questionada a existência do fato ou a autoria mesmo quando essas questões tenham sido decididas no juízo criminal.

33. Nos termos da Lei nº 8.987/1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos, a reversão no advento do termo contratual

(A) far-se-á com a indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, amortizados ou depreciados, e que tenham sido realizados com o objetivo de garantir exclusivamente a atualidade do serviço concedido.

(B) não exigirá qualquer tipo de indenização à concessionária, tendo em vista que esta já recuperou, ao longo do contrato de concessão, todos os investimentos despendidos.

(C) far-se-á com a indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, já amortizados, e que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

(D) far-se-á com a indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

(E) far-se-á com a indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis depreciados, e que tenham sido realizados com o objetivo de garantir exclusivamente a continuidade do serviço concedido.

34. Nos termos da Lei nº 11.079/2004, que institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da Administração Pública, considere:

I. Concessão patrocinada é a concessão de serviços públicos ou de obras públicas de que trata a Lei nº 8.987/1995, quando envolver, adicionalmente à tarifa cobrada dos usuários, contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado.

II. Admite-se a celebração de contrato de parceria público-privada cujo valor do contrato seja de nove milhões de reais.

III. Dentre as cláusulas do contrato de parceria público-privada está a repartição de riscos entre as partes, inclusive os referentes a caso fortuito, força maior, fato do príncipe e álea econômica extraordinária.

IV. Fica vedado à Administração Pública ser titular da maioria do capital votante da sociedade de propósito específico. Tal vedação, no entanto, não se aplica à eventual aquisição da maioria do capital votante da sociedade de propósito específico por instituição financeira controlada pelo Poder Público em caso de inadimplemento de contratos de financiamento.

Está correto o que se afirma APENAS em

(A) I, III e IV.
(B) I e II.
(C) III e IV.
(D) I, II e III.
(E) II e IV.

Direito do Trabalho

35. Para a validade do sistema de compensação de horas que pretende estabelecer, a empresa Bongusto Alimentos Ltda. deve observar que

(A) o banco de horas poderá ser pactuado por acordo individual, desde que escrito, para a compensação no mesmo mês.

(B) este não pode ser adotado para os empregados que trabalham em escalas de 12 horas seguidas de trabalho por 36 horas ininterruptas de descanso.

(C) a compensação de jornada de trabalho estabelecida mediante acordo tácito não implica a repetição do pagamento das horas excedentes à jornada normal diária se não ultrapassada a duração máxima semanal, sendo devido apenas o respectivo adicional.

(D) a compensação decorrente da supressão das horas trabalhadas aos sábados, com a respectiva distribuição das horas nos demais dias da semana, desde que respeitado o limite de 10 horas de trabalho por dia e de 44 horas por semana, é chamado de *semana espanhola*.

(E) o regime de compensação que alterna a prestação de 48 horas em uma semana e 40 horas em outra é chamado de *semana inglesa*.

36. A empresa Supermercados Sulista Ltda. pretende encerrar as atividades de seu estabelecimento situado na cidade de Criciúma-SC, mantendo apenas o estabelecimento da cidade de Vacaria-RS. Considerando que dois de seus empregados da unidade de Criciúma são dirigentes sindicais, a empresa

(A) deverá transferi-los para o estabelecimento de Vacaria, onde os mesmos permanecerão com o direito à estabilidade de emprego.

(B) poderá transferi-los para o estabelecimento de Vacaria, desde que haja concordância expressa dos mesmos e, ainda, para permanência do direito à estabilidade no emprego, contar com a anuência do sindicato.

(C) poderá rescindir os contratos de trabalho dos mesmos, pois com a extinção da atividade empresarial no âmbito da base territorial do sindicato, não há razão para subsistir a estabilidade.

(D) não poderá transferi-los e deverá manter os contratos de trabalho vigentes, pois o encerramento da atividade na base territorial do sindicato onde atuam como dirigentes não é motivo suficiente para que deixem de fazer jus à estabilidade provisória.

(E) não poderá transferi-los, mas poderá rescindir os contratos de trabalho, desde que pague a indenização correspondente aos salários e demais direitos até o término do período da estabilidade, já que se trata de garantia pessoal dos trabalhadores.

37. Simara, responsável pelo departamento de recursos humanos da empresa WYZ Tecnologia Ltda., com objetivo de atualização dos cadastros do e-social, solicitou a todos os empregados informações cadastrais (endereços, números de documentos e informações pessoais), que foram inseridas em uma planilha, juntamente com informações dos valores de salários e demais benefícios auferidos por cada um deles. Após a atualização dos cadastros do e-social, Simara enviou a planilha de informações a dois outros empregados, como anexo a uma mensagem de e-mail na qual escreveu *"olhem só como tem gente privilegiada nessa empresa, que ganha muito mais do que deveria..."*. No entanto, por equívoco, ao enviar a mensagem Simara também colocou como destinatário um endereço de e-mail geral da empresa, circunstância que implicou na publicização ampla dos dados constantes da planilha. Tomando conhecimento do fato, a empresa dispensou Simara por justa causa. Nesse contexto,

(A) caracterizada a justa causa, fundada em mau procedimento e violação de segredo da empresa.

(B) caracterizada a justa causa, fundada em incontinência de conduta e violação de segredo da empresa.

(C) a exteriorização de dados pessoais estruturados pela reclamada, por absoluta falta de consentimento dos seus titulares, trata-se de ato grave, mas não se caracteriza como justa causa por não haver previsão a respeito na Lei Geral de Proteção de Dados.

(D) considerando que a divulgação dos dados para todos os empregados da empresa não decorreu de ato intencional, Simara não praticou atos capazes de sublimar a fidúcia mantida com o empregador, não havendo que se falar em justa causa.

(E) considerando que as informações apenas foram divulgadas no âmbito da empresa, sem acesso de pessoas externas, não há que se falar em justa causa, sendo cabível apenas advertência.

38. A empresa Sanitas Indústrias Farmacêuticas S/A, que tem três estabelecimentos, cada um deles localizado em um Estado diferente, fornece a seus empregados benefício de plano de saúde. Em um dos estabelecimentos, o plano é assegurado ao trabalhador e dependentes, no padrão "apartamento". Em outro estabelecimento, o plano também abrange dependentes, mas assegura padrão "enfermaria". No terceiro, o plano não abrange dependentes, mas assegura padrão "apartamento". Visando unificar o benefício, a empresa pretende assegurar, para todas as unidades, o plano de saúde aos trabalhadores e seus dependentes, mas limitados a cônjuge/companheira(o) e filhos até os 21 anos, e no padrão "enfermaria". Nesse contexto,

(A) por se tratar de benefício não previsto em lei, assegurado por liberalidade do empregador, a alteração pode ser realizada, desde que comunicado aos trabalhadores com antecedência de sessenta dias e desde que garantidos os tratamentos médicos/hospitalares em relação aos dependentes que estejam em curso.

(B) as cláusulas do regulamento interno da empresa que tratam da concessão de plano de saúde se incorporam aos contratos de trabalho, sendo que sua revogação ou alteração somente atingirá os trabalhadores admitidos após a revogação ou alteração.

(C) as cláusulas do regulamento interno da empresa que tratam da concessão de plano de saúde, por serem mais benéficas aos trabalhadores, não podem ser alteradas, devendo ser mantidas, salvo se o trabalhador renunciar às mesmas.

(D) as cláusulas do regulamento interno da empresa que tratam da concessão de plano de saúde podem ser alteradas, se a empresa instituir um novo regulamento a respeito, que passará a vigorar seis meses após sua instituição, e desde que amplamente divulgado aos trabalhadores.

(E) a empresa poderá instituir um novo regulamento sobre plano de saúde, mas que somente terá validade para os novos empregados contratados, sendo que a ele não poderão aderir os antigos empregados.

39. A maioria dos empregados da empresa Siderúrgica Ferrau S/A trabalha em condições insalubres e/ou em condições perigosas, recebendo os respectivos adicionais. Considerando as previsões legais e o entendimento sumulado do Tribunal Superior do Trabalho (TST), a empresa

(A) deverá efetuar o pagamento do adicional de periculosidade pelas horas referentes ao sobreaviso aos empregados que cumprem tal escala.

(B) poderá negociar com o sindicato profissional o adicional de periculosidade em percentual inferior ao estabelecido em lei e proporcional ao tempo de exposição ao risco.

(C) deve, respeitando o direito adquirido, continuar a pagar o adicional de insalubridade aos empregados, ainda que haja a reclassificação ou descaracterização da insalubridade por ato da autoridade competente.

(D) poderá deixar de pagar o adicional de insalubridade para os empregados que executam suas atividades em condições insalubres, mas em caráter intermitente.

(E) deverá manter o pagamento do adicional de insalubridade a empregada afastada, durante a gestação, do trabalho em atividade considerada insalubre.

40. Com um grande número de empregados vendedores que, além do salário fixo, recebem comissão sobre as vendas, a empresa Premier Distribuidora de Produtos Hospitalares, considerando as previsões legais e o entendimento sumulado do Tribunal Superior do Trabalho (TST), deve

(A) pagar as horas extras realizadas por tais empregados calculadas sobre a média do valor-hora das comissões recebidas nos 12 meses anteriores, considerando como divisor o número de horas efetivamente trabalhadas no período.

(B) pagar integralmente, quando ultimada a transação, o valor da comissão referente à venda realizada, ainda que a mesma tenha sido realizada em prestações sucessivas.

(C) pagar, quando da cessação do contrato de trabalho do vendedor, as comissões referentes às vendas já ultimadas, desde que não tenham sido realizadas de forma parcelada.

(D) pagar as férias do empregado comissionista apurando-se a média percebida pelo empregado nos últimos 12 meses.

(E) pagar trimestralmente as comissões devidas, englobando, quando do pagamento, as comissões referentes a todas as vendas ultimadas e as prestações vencidas no período.

41. A empresa Festaria Eventos Ltda. celebrou, por escrito, contratos de trabalho intermitente com 10 empregados. Uma vez celebrados os contratos,

(A) havendo serviço a ser prestado, o empregador, por qualquer meio de comunicação eficaz, convocará o empregado para essa prestação, com pelo menos 5 dias de antecedência, devendo ainda informar qual será a jornada de trabalho que será cumprida.

(B) a não resposta do empregado à convocação no prazo de até 2 dias úteis, permanecendo em silêncio, tem efeito de recusa da oferta o que, no entanto, não descaracteriza a subordinação para fins contratuais.

(C) o empregador deverá pagar mensalmente aos 10 empregados férias proporcionais com acréscimo de um terço e décimo terceiro proporcional.

(D) aceita a oferta para comparecimento ao trabalho, a parte que descumprir a obrigação assumida, sem justo motivo, pagará à outra, de imediato, multa de 50% da remuneração que seria devida.

(E) os empregados têm direito ao valor da hora de trabalho não inferior ao valor horário do salário mínimo ou àquele recebido pelos demais empregados que exerçam a mesma função em contrato intermitente ou não.

Direito Processual do Trabalho

42. Sobre a decisão do juiz de aplicação da teoria das cargas probatórias dinâmicas no processo do trabalho, a mesma

(A) deve ser fundamentada, dando-se oportunidade para que a parte possa se desincumbir do ônus que lhe foi atribuído.

(B) implica em uma atribuição do ônus da prova de modo diverso, razão pela qual deverá ser proferida em despacho fundamentado, antes da realização da audiência, com intimação das partes, para que se assegure a oportunidade de cumprimento do encargo atribuído.

(C) está restrita às hipóteses previstas em lei.

(D) será proferida antes da abertura da instrução e implicará o adiamento da audiência.

(E) deverá ser revista quando a parte a quem foi atribuído o encargo demonstrar a ocorrência de situação em que desincumbir-se do encargo tenha se tornado impossível ou excessivamente difícil.

43. Por ser o processo do trabalho um processo de partes, necessário que ambas estejam presentes à audiência. A partir dessa premissa, analise as seguintes assertivas:

I. O não comparecimento do reclamante à audiência importa o arquivamento da reclamação, com a condenação ao pagamento das custas, ainda que beneficiário da justiça gratuita, salvo se comprovar, no prazo de 15 dias, que a ausência se deu por motivo legalmente justificável.

II. O não comparecimento do reclamado à audiência importa em revelia e confissão, ainda que presente o advogado, não sendo recebida a contestação e os documentos eventualmente apresentados.

III. Fracionada a audiência, se o reclamante não comparecer à audiência em prosseguimento na qual deveria prestar depoimento, ele será considerado confesso.

IV. O não comparecimento do reclamado à audiência não produz o efeito da revelia e da confissão se, havendo pluralidade de reclamados, algum deles contestar a ação, exceto se pleiteada na defesa a exclusão de responsabilidade do contestante.

V. Pessoa jurídica de direito público não se sujeita à revelia.

Está correto o que se afirma APENAS em

(A) I e III.

(B) II e IV.

(C) II e V.

(D) III e IV.

(E) III e V.

44. Considerando as regras sobre a competência do Tribunal Superior do Trabalho previstas no Regimento Interno da Corte, é competência

(A) do Órgão Especial, em matéria judiciária, julgar os incidentes de assunção de competência e os incidentes de recursos repetitivos, afetados ao órgão.

(B) do Tribunal Pleno julgar os recursos interpostos contra decisão em matéria de concurso para a Magistratura do Trabalho.

(C) da Subseção I da Seção Especializada em Dissídios Individuais julgar os agravos internos interpostos contra decisão monocrática exarada em processos de sua competência ou decorrentes do juízo de admissibilidade da Presidência de Turmas do Tribunal.

(D) da Subseção II da Seção Especializada em Dissídios Individuais julgar, em última instância, os conflitos de competência entre Tribunais Regionais e os que envolvam Desembargadores dos Tribunais de Justiça, quando investidos da jurisdição trabalhista, e Juízes do Trabalho em processos de dissídios individuais.

(E) da Seção Especializada em Dissídios Coletivos julgar, em última instância, os conflitos de competência entre Tribunais Regionais do Trabalho em processos de dissídio coletivo.

45. Pode ser testemunha toda pessoa natural que esteja no pleno exercício da sua capacidade e que, não sendo impedida ou suspeita, tenha conhecimento dos fatos relativos ao conflito de interesses constante do processo no qual irá depor. Nesse contexto,

(A) é impedido o que tiver interesse no litígio.

(B) é suspeita a testemunha que está litigando ou que litigou contra o mesmo empregador.

(C) é suspeito o cônjuge, o companheiro, o ascendente e o descendente em qualquer grau e o colateral, até o terceiro grau, de alguma das partes, por consanguinidade ou afinidade.

(D) é impedido o inimigo da parte ou o seu amigo íntimo.

(E) sendo necessário, o juiz pode admitir o depoimento de testemunha menor, impedida ou suspeita, que será prestado independentemente de compromisso, sendo-lhe atribuído o valor que possa merecer.

46. Sendo escrita, a petição inicial deverá conter, entre outros requisitos, a indicação do pedido, sendo que no procedimento

(A) sumaríssimo, a não-indicação do valor correspondente aos pedidos importará na improcedência da ação, com a condenação ao pagamento de custas.

(B) sumaríssimo, o valor dos pedidos não pode ultrapassar a sessenta salários mínimos, que é o limite de valor da causa definidor do rito.

(C) ordinário, os pedidos devem ser certos e determinados, mas não há necessidade de indicação dos valores correspondentes, bastando a apresentação de estimativa do valor da causa.

(D) ordinário, os pedidos devem ser certos, determinados e com indicação dos respectivos valores, de forma meramente estimativa, não limitando essa indicação o valor da condenação.

(E) ordinário, não correspondendo os valores indicados dos pedidos ao conteúdo patrimonial em discussão ou ao proveito econômico perseguido pelo autor, o processo será extinto sem julgamento do mérito.

---

47. De acordo com o entendimento sumulado do Tribunal Superior do Trabalho (TST) sobre mandado de segurança,

(A) cabe recurso de revista da decisão de Tribunal Regional do Trabalho em mandado de segurança, no prazo de 8 dias, para o TST, e igual prazo para o recorrido e interessados apresentarem razões de contrariedade.

(B) a tutela provisória concedida ou indeferida antes da sentença pode ser impugnada pela via do mandado de segurança, sendo que, com a superveniência da sentença nos autos originários, o mandado de segurança perderá o objeto.

(C) a tutela provisória concedida na sentença deve ser impugnada mediante recurso ordinário, com impetração de mandado de segurança para obtenção de efeito suspensivo ao recurso.

(D) exigindo o mandado de segurança prova documental pré-constituída, o juiz, ao verificar que a petição inicial não está acompanhada dos documentos indispensáveis à apreciação, determinará que o autor, no prazo de 15 dias, a emende.

(E) fere direito líquido e certo do impetrante o ato judicial que determina penhora em dinheiro do executado para garantir crédito exequendo em execução provisória.

---

48. Havendo pluralidade de pessoas no polo ativo, no polo passivo ou em ambos os polos da relação processual, ocorre o litisconsórcio, que é a cumulação de lides que se ligam no plano subjetivo. Nesse contexto, no processo do trabalho,

(A) a atuação dos litisconsortes deve ser coordenada, tendo em vista que os atos e as omissões de um refletem em relação aos demais, prejudicando ou beneficiando.

(B) o andamento do processo pode ser promovido por qualquer um dos litisconsortes, sendo necessário, porém, que todos sejam intimados dos respectivos atos.

(C) os prazos serão contados em dobro quando os litisconsortes têm procuradores diferentes.

(D) inexiste situação de litisconsórcio necessário, tendo em vista que inexiste na relação de emprego situação da qual decorra a obrigatoriedade de sua formação.

(E) o juiz deverá, se requerido pela parte contrária, determinar a limitação quanto ao número de litigantes em litisconsórcio, sendo que o requerimento suspende o prazo para manifestação ou resposta.

Direito Civil

49. De acordo com o Código Civil, considere:

I. O direito à sucessão aberta.
II. As energias que tenham valor econômico.
III. Os materiais provisoriamente separados de um prédio, para nele se reempregarem.
IV. Os direitos pessoais de caráter patrimonial e respectivas ações.

São considerados bens móveis para os efeitos legais:

(A) III e IV, apenas.

(B) I e III, apenas.

(C) II, III e IV, apenas.

(D) I e II, apenas.

(E) II e IV, apenas.

50. Marcos contraiu empréstimo no início de 2022 e não conseguiu arcar com o pagamento das prestações. Em 2023, no intuito se furtar ao adimplemento do contrato, simulou a venda de seu único carro, por instrumento particular, atribuindo data anterior à aquisição do empréstimo. Nessa hipótese, o negócio jurídico de transferência do veículo é

(A) anulável, no prazo prescricional de 4 anos, contados da ciência da fraude.

(B) anulável, no prazo decadencial de 4 anos, a contar da data da realização do negócio jurídico.

(C) nulo e insuscetível de confirmação ou de convalidação pelo decurso do tempo.

(D) nulo, com prazo decadencial de 2 anos, a contar da data da realização do negócio jurídico.

(E) anulável, no prazo prescricional de 4 anos, a contar da data da realização do negócio jurídico.

51. Osvaldo e Cássio, ambos com 30 anos de idade, constituíram união estável em 2021, mas não a formalizaram por contrato escrito ou escritura pública. Durante o referido relacionamento, Osvaldo comprou, à vista, um veículo por 50 mil reais e Cássio recebeu, por herança, um imóvel de 200 mil reais. Em eventual dissolução da união estável,

(A) Cássio terá direito à meação do veículo, mas Osvaldo não fará jus à partilha do imóvel.

(B) o veículo e o imóvel deverão ser objeto de partilha, assegurando-se a meação destes a cada parte.

(C) Osvaldo terá direito à meação do imóvel, mas Cássio não fará jus à partilha do veículo.

(D) para a partilha dos bens, será necessária prova de esforço comum, por se tratar de sociedade de fato.

(E) como a relação não foi formalizada, afigura-se impossível a realização de partilha, ficando cada parte com o bem de sua propriedade.

52. De acordo com o Código Civil, considere:

I. Morte dos pais.

II. Emancipação do filho.

III. Decisão judicial de modificação de guarda.

IV. Adoção.

São hipóteses de extinção do poder familiar:

(A) I, II e IV, apenas.

(B) II, III e IV, apenas.

(C) I e II, apenas.

(D) I, II, III e IV.

(E) III e IV, apenas.

53. De acordo com o disposto no Código Civil, são direitos reais:

(A) a hipoteca, os contratos em geral e a anticrese.

(B) a posse, as servidões e o uso.

(C) a habitação, os direitos de vizinhança e o penhor.

(D) a propriedade, a superfície e a laje.

(E) a concessão de uso especial para fins de moradia, os direitos da personalidade e o usufruto.

54. Segundo o Código Civil, os direitos da personalidade

(A) asseguram proteção ao prenome, mas não ao sobrenome.

(B) são extintos com a morte da pessoa natural.

(C) são intransmissíveis e irrenunciáveis, com exceção dos casos previstos em lei.

(D) vedam, em qualquer caso, atos de disposição do próprio corpo.

(E) não abarcam a proteção ao pseudônimo adotado para atividades lícitas.

Direito Processual Civil

55. Em ação de responsabilidade civil, o réu foi devidamente citado e, considerando que no local não havia Defensoria Pública instalada, buscou escritório de prática jurídica de faculdade de Direito reconhecido na forma da lei para realizar a sua defesa. Nesse caso, de acordo com o Código de Processo Civil, o prazo para a realização de sua defesa será

(A) simples, pois somente é concedido prazo superior se houver convênio firmado com a Defensoria Pública.
(B) em quádruplo, à semelhança do que é conferido às Defensorias Públicas.
(C) simples, pois não há equiparação legal às Defensorias Públicas.
(D) em dobro, à semelhança do que é conferido às Defensorias Públicas.
(E) em quádruplo, somente no caso de contestação, não se aplicando às demais manifestações processuais.

56. De acordo com o Código de Processo Civil, no chamamento ao processo, caberá ao

(A) réu, na contestação, chamar aqueles que devam figurar no polo passivo e a citação deve ser promovida no prazo de 30 dias, sob pena de ficar sem efeito o chamamento.
(B) autor, na inicial, chamar aqueles que devam figurar no polo passivo e a citação deve ser promovida no prazo de 30 dias, sob pena de ficar sem efeito o chamamento.
(C) réu, na contestação, chamar aqueles que devam figurar no polo passivo e a citação deve ser promovida no prazo de 3 meses, sob pena de ficar sem efeito o chamamento.
(D) autor, a qualquer momento no processo, chamar aqueles que devam figurar no polo passivo e a citação deve ser promovida no prazo de 3 meses, sob pena de ficar sem efeito o chamamento.
(E) réu, a qualquer momento no processo, chamar aqueles que devam figurar no polo passivo e a citação deve ser promovida no prazo de 30 dias, sob pena de ficar sem efeito o chamamento.

57. De acordo com o Código de Processo Civil, quando o Oficial de Justiça verificar, no ato de citação, que o réu é mentalmente incapaz ou está impossibilitado de receber a citação, deverá

(A) citar o médico do réu para que apresente laudo técnico que ateste a incapacidade deste no prazo de 5 dias.
(B) citar qualquer pessoa da família ou, em sua falta, qualquer vizinho do réu, certificando tal situação nos autos.
(C) deixar de realizar a citação, após o comparecimento no local por duas vezes.
(D) citar qualquer pessoa da família, mediante a apresentação de declaração do médico do citando que ateste a incapacidade deste.
(E) deixar de realizar a citação, bem como e descrever e certificar minuciosamente a ocorrência.

58. De acordo com o Código de Processo Civil, em caso de penhora de bens, o Oficial de Justiça realizará a avaliação quando

(A) se tratar de títulos da dívida pública, de ações de sociedades e de títulos de crédito negociáveis em bolsa.
(B) se tratar de títulos ou de mercadorias que tenham cotação em bolsa, ainda que haja comprovação por certidão ou publicação no órgão oficial.
(C) se tratar de veículos automotores ou de outros bens cujo preço médio de mercado possa ser conhecido por meio de pesquisas realizadas por órgãos oficiais.
(D) houver fundada dúvida do juiz quanto ao real valor do bem, no caso de uma das partes aceitar a estimativa feita pela outra.
(E) houver bens que demandem conhecimentos especializados para avaliação, ainda que diante de execução que comporte a realização de avaliação específica por profissional indicado pelo juiz.

59. Segundo o Código de Processo Civil, os embargos de declaração

(A) possuem efeito suspensivo, motivo pelo qual suspendem o prazo para a interposição de outro recurso.
(B) podem ser opostos independentemente de preparo contra decisão judicial que apresentar erro material, obscuridade, contradição ou omissão.
(C) manifestamente protelatórios poderão ensejar à parte embargante condenação em multa de 20% sobre o valor atualizado da causa.
(D) deverão ser opostos no prazo de 15 dias em petição dirigida ao juiz que proferiu a decisão.
(E) não admitem manifestação do embargado, devendo o juiz julgar o recurso no prazo de 5 dias.

60. De acordo com a Lei nº 9.099/1995, é de competência do Juizado Especial Cível, as

(A) execuções dos títulos executivos extrajudiciais no valor de até 60 vezes o salário-mínimo.
(B) ações possessórias independentemente do valor do bem imóvel.
(C) ações de despejo para uso próprio.
(D) causas relativas a acidentes de trabalho cujo valor não ultrapasse até 40 vezes o salário-mínimo.
(E) causas de natureza alimentar e de interesse da Fazenda Pública, desde que limitadas ao valor de 40 vezes o salário-mínimo.

DISCURSIVA-REDAÇÃO

Instruções Gerais: Conforme Edital publicado [...] *Capítulo 10. [...] 10.3 Na **Prova Discursiva-Redação**, o candidato deverá desenvolver texto dissertativo-argumentativo a partir de proposta única, sobre assunto de interesse geral não atrelado necessariamente ao Conteúdo Programático de Conhecimentos Específicos referido no presente Edital. 10.3.1 A **Prova Discursiva-Redação** tem o objetivo de avaliar a proficiência em Língua Portuguesa em sua modalidade escrita, considerando a capacidade de compreender e expor argumentos com clareza, concisão, precisão, coerência e objetividade a respeito do tema e com base nos textos de apoio propostos, avaliando inclusive a correção gramatical, segundo os critérios definidos nos itens 10.4 a 10.9 deste Capítulo. 10.4 Considerando que o texto constitui uma unidade, os itens discriminados a seguir serão avaliados em estreita correlação, do que não decorre proporcionalidade na atribuição dos pontos para cada um deles: 10.4.1 **Conteúdo – até 4 (quatro) pontos:** a) perspectiva adotada no tratamento do tema; b) capacidade de análise e senso crítico em relação ao tema proposto; c) consistência dos argumentos, clareza e coerência no seu encadeamento. 10.4.2 **Estrutura – até 3 (três) pontos:** a) respeito ao gênero solicitado; b) progressão textual e encadeamento de ideias; c) articulação de frases e parágrafos (coesão textual). 10.4.2.1 A nota será prejudicada, proporcionalmente, caso ocorra, quanto ao Conteúdo, abordagem tangencial, parcial ou diluída em meio a divagações e/ou colagem de textos e de questões apresentados na prova. 10.4.3 **Expressão – até 3 (três) pontos:** A avaliação da expressão não será feita de modo estanque ou mecânico, mas sim de acordo com sua estreita correlação com os demais critérios, considerando-se: a) desempenho linguístico de acordo com o nível de conhecimento exigido para o Cargo/Área/Especialidade; b) adequação do nível de linguagem adotado à produção proposta e coerência no uso; c) domínio da norma culta formal, com atenção aos seguintes itens: estrutura sintática de orações e períodos; propriedade vocabular; concordância verbal e nominal; pontuação; regência verbal e nominal; emprego de pronomes; flexão verbal e nominal; uso de tempos e modos verbais; grafia e acentuação. 10.5 Na aferição do critério de correção gramatical, por ocasião da avaliação do desempenho na **Prova Discursiva-Redação** a que se refere este Capítulo, deverão os candidatos valer-se das normas ortográficas em vigor, implementadas pelo Decreto Presidencial nº 6.583, de 29 de setembro de 2008, e alterado pelo Decreto Federal nº 7.875, de 27 de dezembro de 2012, que estabeleceu o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. 10.6 Será atribuída nota **ZERO** à **Prova Discursiva-Redação** que: a) fugir à modalidade de texto solicitada e/ou ao tema proposto; b) não atender aos critérios dispostos no item 10.4 deste Capítulo. c) apresentar texto sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou qualquer fragmento de texto escrito fora do local apropriado; d) for assinada fora do local apropriado; e) apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato; f) estiver em branco; g) apresentar letra ilegível e/ou incompreensível; h) não atender aos requisitos definidos na grade correção/máscara de critérios pela Banca Examinadora. 10.7 Na **Prova Discursiva-Redação**, a folha para rascunho no Caderno de Provas será de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção pela Banca Examinadora. 10.8 Na **Prova Discursiva-Redação**, deverão ser rigorosamente observados os limites mínimo **de 20 (vinte) linhas** e máximo **de 30 (trinta) linhas**, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à Redação. 10.9 A **Prova Discursiva-Redação** terá caráter eliminatório e classificatório e será avaliada na escala de 0 (zero) a 10 (dez). 10.9.1 Para os candidatos que concorrem às vagas de ampla concorrência e/ou vagas para deficientes considerar-se-á habilitado o candidato que tiver obtido **nota igual ou superior a 6,00 (seis).** 10.9.2 Para os candidatos autodeclarados pretos ou pardos, de acordo com a Resolução nº 516/2023 do CNJ, considerar-se-á habilitado o candidato que tiver obtido nota 20% inferior à nota mínima estabelecida para aprovação dos candidatos da ampla concorrência, conforme item 10.9.1 deste capítulo. 10.9.2.1 Restará habilitado o candidato preto ou pardo que **obtiver nota igual ou superior a 4,80 (quatro vírgula oitenta).***

Há quem acredite que nenhuma forma de humor deve ser censurada. Mas há também os que consideram que uma piada pode fortalecer um preconceito, fazer sofrer, promover uma injustiça.

Um dos debates públicos mais difíceis travados hoje em dia diz respeito a haver ou não limite para o humor. Redija um texto dissertativo-argumentativo no qual você exponha com clareza seu ponto de vista a respeito desse debate.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	

RASCUNHO